

OS DISCURSOS DO CORPO INFANTIL NAS DIRETRIZES CURRICULARES DE CAMPINAS

MAÃ•SA FERREIRA¹

RESUMO

Consideramos o currículo como uma prática discursiva, que, por compor o dispositivo da escolarização, projeta e por isso governa as identidades de seus sujeitos (SILVA, 1999). Enquanto prática política do Estado, o currículo é um campo de disputa que recebe influências diversas, que expressam intencionalidades tanto do contexto local em que acontece quanto do quadro social global. O que essas disputas indicam são novas formas de controle e regulação da vida em uma sociedade marcada por conflitos sociais diversos e hegemonia da arte neoliberal de governo (BALL, 2004). A presente pesquisa apresenta uma parte da análise de um trabalho de mestrado em andamento, que tem como objeto as Diretrizes Curriculares Básicas para a Educação Infantil (2013): um processo contínuo de reflexão e ação de Campinas (DCCEI). Trata-se de um documento que produz a conduta tanto das crianças a que se destina, como das pedagogas e da instituição escolar responsável por elas. O que se pretende é descrever os modos de produção da infância destes tempos. Essa preocupação com a infância é recente. Desde a década de 1990 as crianças são consideradas parte da população, introduzidas mediante políticas mais intensas extensas para a sua formação. Isso evidencia-se pela LDB (9.394/96), que tornou a educação infantil parte da educação básica, e conseqüentemente, obrigatória. Veiga-Neto (2015), com suas inspirações em Foucault, afirma que ao tornar a infância a partir das relações de poder que se estabelecem entre adultos e crianças, percebemos que estas desconsideram que tanto a invenção da infância quanto a sua manutenção se deram por obra de uma vontade de poder sobre o governo dos sujeitos infantis. Sabe-se que dentro dessas redes de poder, a infância é uma produção discursiva dos adultos, logo, sobre ela incide uma visão adultocêntrica, que a coloca em posição hierárquica inferior, produzindo efeitos em sua identidade, tendo em vista definir suas condutas e determinar seus interesses (BUJES, 2001). A partir desses pressupostos, o nosso objetivo neste trabalho é analisar os discursos presentes nesse documento, a fim de identificar os regimes de verdade que produzem e afirmam o corpo e as práticas corporais legitimadas para os infantis. Tomamos o ciclo de políticas, elaborado por Stephen Ball e colaboradores (1992), como ferramenta de análise dos dados produzidos. A noção de ciclo de políticas auxilia na compreensão dessas políticas curriculares porque os vários significados nelas produzidos são resultados de um fluxo intenso de negociações complexas nas quais os

contextos de influência, de disseminação de textos e práticas expressam a tentativa de legitimar diversas áreas, marcadas por conflitos e interesses diferentes de sujeitos e grupos sociais inseridos no campo da produção da política curricular. Os resultados parciais indicam a presença de comunidades epistêmicas diversas que influenciam as DCCEI, expressas nos discursos a respeito da infância. O documento pauta-se na sociologia da infância, que indica uma concepção de criança produtora de cultura. A noção de cuidado, tomado como direito da criança, decorre das influências do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que congrega pesquisadores oriundos de várias epistemes e membros de instituições econômicas com finalidades mercantis, como o Banco Mundial. Outro destaque que expressa a presença de representantes de campos epistêmicos diversos refere-se a presença de professores e professoras da Faculdade de Educação da UNICAMP, na autoria do documento e, ainda a presença nas referências bibliográficas de autores de outras áreas do conhecimento que diferem da sociologia da infância. Não à toa, é possível observar noções de diversidade e de diferença como semelhantes, apesar das fontes divergentes. Os resultados parciais indicam que as DCCEI trazem para o campo do currículo discursos de comunidades epistêmicas diferentes, o que produz recontextualizações no contexto da prática (BALL, 2001). Essas recontextualizações podem suscitar questionamentos das professoras sobre sua prática, sua formação, e, assim, sentirem a necessidade de consumir cursos de formação na tentativa apaziguar os problemas encontrados no ambiente escolar, assumindo que valores hegemônicos do neoliberalismo se consolidem.

Palavras-chave: .

¹, ;